

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

SENTIDOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Cláudia Cibele Bitdinger Cobalchini, João Henrique Rossler, Norma da Luz Ferrarini

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13448>

Submetido em: 2025-09-21

Postado em: 2025-10-31 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

SENTIDOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

CLÁUDIA CIBELE BITDINGER COBALCHINI¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2870-9228>

[<ccobalchini@gmail.com>](mailto:ccobalchini@gmail.com)

JOÃO HENRIQUE ROSSLER²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1639-6292>

[<joheross@gmail.com>](mailto:joheross@gmail.com)

NORMA DA LUZ FERRARINI³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8260-1798>

[<normadaluzf@gmail.com>](mailto:normadaluzf@gmail.com)

¹ Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil.

² Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil.

³ Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil.

RESUMO: A partir dos fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, este estudo explorou os sentidos pessoais da formação profissional para estudantes de cursos da saúde em instituições privadas de Curitiba, beneficiários de programas como o Prouni e Fies. Em um contexto de expansão das políticas afirmativas, a pesquisa buscou analisar os sentidos pessoais atribuídos à formação profissional por esses jovens, frequentemente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao longo da sua trajetória no ensino superior. Foram realizadas entrevistas individuais e grupo de discussão, identificando zonas de produção de sentidos relacionadas à situação social de desenvolvimento (núcleo familiar, condições de sustento financeiro e relação com trabalho), às escolhas profissionais e à projeção para o mundo do trabalho, às dificuldades na relação com a educação superior, e aos elementos facilitadores à permanência no curso. Por meio da análise dessa produção de sentidos, destacam-se o suporte familiar e o trabalho para subsistência como cruciais para a manutenção no ensino superior; a bolsa como fator determinante para o acesso, mas insuficiente para garantir a permanência diante das dificuldades econômicas e da sobrecarga de conciliar estudo e trabalho; a valorização do apoio familiar e das relações com colegas e professores como facilitadores da permanência. Embora a bolsa cumpra seu papel de acesso, evidenciam-se necessidades de fortalecimento das políticas públicas às juventudes, para potencializar a inclusão social e promover uma formação profissional que possibilite autorrealização e consciência ampliada da dimensão coletiva da vida pelo trabalho.

Palavras-chave: psicologia histórico-cultural, instituições de ensino superior, Prouni, Fies.

MEANINGS OF PROFESSIONAL TRAINING FOR STUDENTS BENEFITING FROM AFFIRMATIVE ACTION POLICIES FOR ACCESS TO HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: Based on the theoretical-methodological foundations of Cultural-Historical Psychology, this study explored the personal meanings of professional training for health course students in private institutions in Curitiba, who are beneficiaries of programs such as Prouni and Fies. Within a context of

expanding affirmative action policies, the research aimed to analyze how these young individuals, often in situations of socioeconomic vulnerability, experience their educational trajectory. Individual interviews and a discussion group were conducted, identifying zones of meaning production related to the social situation of development (family nucleus, financial support conditions, and relationship with work), professional choices and projection for the world of work, difficulties in relation to higher education, and elements that facilitate permanence in the course. Analysis of these zones highlights several key points: family support and work for subsistence are crucial for maintaining enrollment in higher education; scholarships are a determining factor for access but are insufficient to guarantee permanence in the course due to economic difficulties and the overload of balancing work and study; and the value of family support and relationships with colleagues and professors are identified as facilitators for permanence. While scholarships fulfill their role in providing access, there's a clear need to enhance public policies for youth. This enhancement would boost social inclusion, aiming for a professional development experience that promotes self-realization and expands awareness of the collective dimension of life's production through work.

Keywords: cultural-historical psychology, higher education institutions, Prouni, Fies.

SENTIDOS SOBRE LA FORMACIÓN PROFESIONAL DE ESTUDIANTES BENEFICIARIOS DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE ACCESO A LA EDUCACIÓN SUPERIOR

RESUMEN: A partir de los fundamentos de la Psicología Histórico-Cultural, este estudio exploró los significados de la formación profesional para estudiantes de salud en instituciones privadas de educación superior en Curitiba, beneficiarios de programas como Prouni y Fies. En un contexto de expansión de políticas afirmativas, se buscó analizar los significados atribuidos por jóvenes frecuentemente en situación de vulnerabilidad socioeconómica durante su trayectoria universitaria. Se realizaron entrevistas individuales y un grupo de discusión, identificando zonas de producción de sentido relacionadas con la situación social, incluyendo núcleo familiar, condiciones de sustento financiero y relación con el trabajo, así como elecciones profesionales, proyección laboral, dificultades académicas y factores que facilitan la permanencia. Del análisis se destacan el apoyo familiar y el trabajo para la subsistencia como cruciales para mantenerse en la educación superior; la beca como factor determinante para el acceso, pero insuficiente para asegurar la permanencia frente a dificultades económicas y la sobrecarga de conciliar estudio y trabajo; y la valoración de las relaciones con compañeros y profesores como facilitadores de la permanencia. Aunque la beca cumple su función de acceso, se evidencian necesidades de fortalecer políticas públicas para la juventud, con el fin de potenciar la inclusión social y promover una formación profesional que posibilite la autorrealización y una conciencia ampliada de la dimensión colectiva de la vida mediante el trabajo.

Palabras clave: psicología histórico-cultural, instituciones de educación superior, Prouni, Fies.

INTRODUÇÃO

O acesso da classe trabalhadora à educação superior no Brasil é um fenômeno recente. Desde a década de 1990, mudanças importantes nas políticas públicas têm contribuído para sua democratização. Entre o final de 1990 e 2005, iniciativas destinadas ao ensino superior permitiram a inserção de uma parcela da população pertencente às classes sociais historicamente marginalizadas em relação à continuidade dos estudos. A dificuldade de acesso aos conhecimentos científicos sistematizados

representava um obstáculo à formação profissional dessa população em áreas tecnicamente mais complexas, frequentemente melhor remuneradas e valorizadas na sociedade brasileira.

Em 1968, com a reforma na educação superior, foram implementadas ações para a modernização das instituições federais, como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; mudanças na progressão e carreira docente; e a criação de uma política nacional de pós-graduação para incrementar a qualificação docente e de formação continuada, impulsionando a pesquisa científica. Tais medidas foram importantes, mas não suficientes para a ampliação de vagas de acesso. Para essa finalidade, foi fomentada a expansão do ensino superior privado por meio de empresas educacionais, cujo crescimento é exponencial (Martins, 2009).

A elitização do acesso à educação superior apresentava-se como justificativa à ampliação de sua oferta, uma demanda, em parte, mobilizada por órgãos internacionais que pressionavam os países em desenvolvimento, impondo metas de qualificação da classe trabalhadora para atender às necessidades do processo de reestruturação do trabalho (Rossler, 2014), na fase atual do sistema capitalista de produção. Esse foi o discurso utilizado junto à iniciativa privada quando, ainda na Constituição Cidadã de 1988, defendeu-se não somente a educação como direito universal e dever do Estado, mas também como um campo de livre exploração. Ou seja, garantiu-se a mercantilização. Com isso, implementou-se um conjunto de ações afirmativas de acesso que, além de garantir a inclusão social, cediam às pressões de expansão da educação privada no país (Mattei, 2023).

Para ampliar o acesso ao ensino privado, em 1975, no governo de Ernesto Geisel, foi criado o Programa de Crédito Educativo (Creduc), substituído em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Essas políticas, em vez de fortalecer o setor público e garantir uma educação de qualidade para todas as pessoas, transferiram recursos públicos para um fundo privado. Em 2004, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi implementado o Programa Universidade para Todos (Prouni), como forma de criar vagas de subsídio público em instituições privadas.

De acordo com as atualizações do portal do governo brasileiro, o Ministério da Educação afirma que o Prouni beneficiou mais de 3,5 milhões de estudantes em seus 20 anos de existência (Brasil, 2025). Desse total, aproximadamente 72% receberam bolsas integrais (que cobrem 100% da mensalidade), o que é fundamental à classe trabalhadora que, muitas vezes, não conseguiria arcar com os custos de uma faculdade privada. Para essa modalidade de bolsa, a renda familiar bruta mensal *per capita* deve ser de até 1,5 salário mínimo (enquanto para bolsas parciais, a renda é de até 3 salários mínimos). Nesse mesmo intervalo de tempo do programa, o maior grupo beneficiado (52%) foi a faixa etária de jovens entre 18 e 21 anos; além disso, a maioria optou pelos cursos noturnos, o que sugere a conciliação entre estudos e trabalho.

Por outro lado, o Fies, que já foi a principal alternativa de financiamento, passou por muitas mudanças ao longo de sua vigência: expansão entre 2010 e 2014 e, posteriormente, a retração de vagas. Ainda assim, configura-se como uma estratégia para aqueles que não se enquadram nos critérios do Prouni. Suas regras sobre a abrangência de faixa econômica e número de vagas variaram, assim como a perspectiva da contrapartida (pagamento) das parcelas após a conclusão do curso pode impactar na adesão ao programa. Em notícia no portal do governo brasileiro, o Ministério da Educação declarou que o Fies alcançou, nos últimos 10 anos, mais de um milhão de beneficiários (Brasil, 2025).

Deve-se considerar que o sistema público de educação superior também passou por mudanças para ampliar o acesso, a exemplo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implantado entre 2006 e 2012, para o aumento do número de vagas, criação de novos cursos e campi, além de outras medidas. Outro programa federal implementado em 2010 foi o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que passou a utilizar a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como critério de seleção para as IES (Instituições de Ensino Superior) de todo país. Esse sistema também inclui cotas que atendem a estudantes com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo por pessoa, desde que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

Mediante o cenário do público que acessa a educação superior no Brasil na rede privada de ensino, consideraram-se, para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPR (Universidade Federal do Paraná), linha Educação, Trabalho e Subjetividade, as políticas afirmativas para estudantes de baixa renda, beneficiários do Prouni e do Fies. Portanto, o presente artigo visa apresentar resultados de um estudo investigativo de campo, fundamentado na Psicologia Histórico-Cultural, especialmente na teoria da periodização do desenvolvimento (Elkonin, 1987) e no conceito de sentido pessoal (Leontiev, 1978). A proposta da pesquisa foi analisar os sentidos pessoais atribuídos à formação profissional, ao longo da educação superior, por estudantes beneficiários de políticas afirmativas de acesso (Prouni e Fies) em IES privadas.

Compreende-se que conhecer os sentidos pessoais construídos na trajetória de sua formação profissional pode auxiliar no desenho de ações de assistência estudantil, com vistas ao seu progresso na educação superior no setor privado de educação. O recorte do presente estudo, voltado a estudantes beneficiários do Prouni ou Fies da área da saúde, deveu-se ao fato de as mensalidades desses cursos apresentarem uma ampla variação (entre 700,00 e 13.000,00 reais na região de Curitiba), o que tende a limitar o acesso da classe trabalhadora em virtude dos valores praticados nos contratos do ensino superior.

O presente artigo inicia explorando fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural sobre o desenvolvimento humano, com interesse acentuado sobre a juventude. Em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, orientando a sistematização de zonas de produção de sentidos analisadas e, por fim, as considerações finais sobre o que a pesquisa indicou.

Desenvolvimento psíquico e produção de Sentidos

Na perspectiva do desenvolvimento humano, fundamentada no arcabouço do materialismo histórico-dialético, o desenvolvimento da vida psíquica se centraliza na manutenção de uma atividade principal, ou dominante, a qual organiza as funções psicológicas e as mudanças no decorrer do desenvolvimento (Leontiev, 2004). Daniil Borisovich Elkonin (1904-1984) foi o sistematizador da proposta sobre o desenvolvimento psíquico por meio da periodização, fundamentada na teoria da atividade de Leontiev, caracterizada por mudança das atividades principais em cada período. Assim, uma atividade principal apresenta-se como reguladora do desenvolvimento psíquico para cada período.

Considerando a teoria da periodização do desenvolvimento expressa por Elkonin (1987), a atividade de estudo profissional configura-se na atividade dominante de construção identitária da pessoa jovem, orientando sua inserção no mundo do trabalho. Contudo, em uma sociedade calcada no modo de produção capitalista, caracterizada pela produção em massa de mercadorias, pela divisão de classes e pela

valorização da propriedade privada, a educação passa a ser também um bem comercializável, voltado especialmente à qualificação para o trabalho e, para aqueles indivíduos pertencentes às classes menos favorecidas, a alguma possibilidade de ascensão social.

Na juventude, período inicial da adultez, Rios e Rossler (2017, p. 572) dimensionam o trabalho como uma “unidade contraditória entre a atividade de estudo profissionalizante e a atividade produtiva. Em essência [...] a atividade de formação profissional.” No entanto, onde e como essa formação será acessada depende das condições de vida e de que posição se ocupa dentre as classes sociais. Para jovens da classe trabalhadora, seu valor está fortemente alicerçado à função de sobrevivência, enquanto, para jovens da classe média ou alta, atrela-se a projetos de realização pessoal. Mesmo diante dessa cisão, o trabalho continua como eixo constitutivo do desenvolvimento humano (em sentido amplo, das funções psíquicas, das relações sociais e da produção de tecnologias), sendo reconhecido como eixo sustentador da organização da vida adulta (Rios; Rossler, 2017). Na função de organização do psiquismo, a atividade principal assume a transposição da relação coletiva de sobrevivência para expressão singular cotidiana.

Na tensão gerada sobre o dimensionamento do trabalho – atividade humanizadora, que organiza o desenvolvimento humano, versus a transformação da atividade principal em condição de alienação, ao ser situada nas relações de classe (Rios; Rossler, 2017) – o período adulto torna-se pauta para análise do desenvolvimento particular de estudantes da educação superior. O trabalho, como aponta Martins (2001), aciona o desenvolvimento de processos psicológicos superiores, os quais, mediados pelos signos, são regulamentados agora pelo caráter voluntário, planejado e autorregulado do comportamento, objetivado a uma situação social que gera condições de vida coletiva. Esta seria, de acordo com Rios e Rossler (2017, p. 568), a dimensão técnico-operacional da vida adulta; a outra dimensão refere-se “às relações interpessoais, aos afetos, aos interesses e às motivações, em outras palavras, à esfera motivacional da personalidade. Por meio do trabalho, consolida-se, afirma-se e distingue-se, na vida adulta, a personalidade autoconsciente.”

Como atividade principal organizadora do desenvolvimento psicológico do adulto, o trabalho permite a apropriação de habilidades e de competências, além do “exercício da criatividade”, o que, para além da dimensão afetivo-emocional, mobiliza um tensionamento entre os polos “humanizador” e “alienado/alienante” diante dos modos de produção capitalista (Rios; Rossler, 2017, p. 564). Então, pode haver também uma cisão entre o sentido pessoal e o significado social do trabalho para jovens, principalmente da classe trabalhadora, que se veem impelidos a acumular atividades remuneradas com fins de garantia de sobrevivência, e a formação profissional institucionalizada, da qual emergem expectativas de uma apropriação mais autônoma e independente das imposições do mercado.

Cabe, portanto, compreender quais os sentidos pessoais construídos por esses/as jovens mediante sua trajetória de formação profissional por meio das políticas afirmativas de acesso à educação superior na rede privada de ensino. Se os significados são resultantes do que é veiculado e socialmente convencionalizado, os sentidos advêm do que é vinculado à história do sujeito, recheado por componentes afetivos relacionados às suas vivências pessoais. Para Leontiev (1978), o sentido pessoal se configura pela dimensão psicológica, que se amplia para além dos significados, dando corpo à consciência, a qual, produzida na realização da atividade humana, apresenta-se como uma unidade dialética entre a atividade que se subjetiva e a objetivação da atividade de interação com as outras pessoas e com o que a humanidade já produziu (Asbahr, 2011).

Assim, o sentido pessoal (Leontiev, 1978) expressa a singularidade da produção da vida de cada sujeito: em seus interesses, em sua forma de compreender a realidade e em seu modo de se relacionar com os fenômenos objetivos e subjetivos. A juventude vem marcada como um período privilegiado do desenvolvimento, em que a potencialidade da formação de consciência, sobretudo a autoconsciência, mobilizada pela competência de formação de conceitos, de apreensão da realidade por meio de conceitos, situa-a na possibilidade de relação com o trabalho, que pode operar para potencializar sua ação social. Essa possibilidade está atrelada às situações sociais de desenvolvimento, que se apresentam díspares de acordo com a classe social a que pertencem e os grupos sociais em que esses jovens estão inseridos; ou seja, na situação concreta cotidiana, marcada pelo acesso ou pela ausência de recursos para sua progressão nas pautas do pleno desenvolvimento da humanidade.

A escolarização, ou mais precisamente a formação na educação superior, representa a ampliação das potencialidades de desenvolvimento, embora muitas vezes essa possibilidade seja tolhida para uma parcela significativa da população brasileira. Nesse contexto, as políticas de acesso podem ser uma via de mudança social plausível por meio da qualificação para o mundo do trabalho.

Juventudes e o acesso à formação profissional: cenários na educação superior

Em termos legais (Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013), a juventude abrange as pessoas entre 15 e 29 anos de idade, alcançando, no Brasil (2022), um total de 48,5 milhões de jovens, ou seja, quase um quarto da população brasileira, que vivem situações distintas em relação às suas realidades sociais e econômicas.

A distinção das condições de vida e da relação entre estudo e trabalho são evidenciadas pelos dados censitários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC, 2023), pela qual 34 milhões de jovens são de baixa renda, o que equivale a 69,3% de toda população juvenil. Isso significa que dois a cada três jovens sobrevivem com até meio salário-mínimo por pessoa, ou renda familiar de até três salários-mínimos. Outros 9 milhões não concluíram o ensino médio (IBGE, 2024), sendo a principal razão para o abandono escolar a necessidade de trabalhar (41,7%), seguida pela falta de interesse em estudar (23,5%). Ainda na relação entre estudo e trabalho, em 2023, 19,8% dos jovens entre 15 e 29 anos não estavam ocupados nem estudando.

Diante da diversidade de condições materiais de vida no Brasil, alguns estudos preferem usar o termo no plural, isto é, juventudes, que mantêm configurações diversas, com marcadores sociais e interseccionalidades que colocam esses/as jovens em expressões distintas de constituição social. A exemplo do impacto sobre jovens negros, que apresentam altos índices de violência, seja como vítimas de assassinatos no país (Ipea, 2020) ou de violência policial. O racismo estrutural se apresenta nas diferenças de permanência na educação, em que dos 9 milhões que não estavam na escola, 71,6% eram pretos ou pardos (IBGE, 2024). Entre gêneros, também há diferenças significativas de abandono escolar, seja por necessidade de trabalho ou por gravidez, reflexos de uma lógica patriarcal, em que a mulher continua como principal responsável na relação de cuidado, tanto na parentalidade quanto em relação a outros familiares, assim como acumula afazeres domésticos à geração de renda.

A despeito desses dados, que expressam a deterioração das condições de vida das juventudes de hoje, a educação formal continua a ser uma via de qualificação para o trabalho e garantia de melhores condições para essa vida. O ensino superior, por sua vez, ocupa não só o lócus do desenvolvimento científico, mas também da profissionalização. Todavia, há que se considerar as significativas distinções

históricas entre os sistemas de educação superior: de um lado, a universidade pública, com seus processos seletivos afunilados, que acabam promovendo sua elitização; de outra parte, a rede privada de ensino, cuja expansão associa-se à precarização da qualidade, uma vez que a quantidade de clientes é o que determina a sobrevivência econômica da empresa educacional.

A ampliação do número de vagas na educação superior no Brasil evidenciou a expansão do processo de mercantilização e privatização educacional, com a abertura para exploração desse mercado por empresas internacionais (hoje configuradas como oligopólios educacionais), especialmente a partir da década de 1990 (Pereira *et al.*, 2014). Concomitantemente, para que a classe trabalhadora acessasse a educação superior, medidas afirmativas de acesso foram sendo propostas, com a justificativa de inclusão social, embora com o firme propósito de garantir a sobrevivência das empresas educacionais.

Por ações afirmativas no âmbito da educação, pode-se compreender aquelas que tentam, em função reparadora, compensar a falta de acesso à educação pública, uma vez que esta representaria a garantia do direito fundamental atendido. Essas ações são destinadas a grupos considerados desprivilegiados (Mattei, 2023), especialmente os que vivenciam condições sociais que os distanciam da realidade educacional, seja por fatores socioeconômicos, seja por marcadores sociais como raça, cor, etnia, expressão de gênero entre outros.

O Fies e o Prouni são representantes dessas políticas afirmativas de acesso à educação superior, uma vez que a rede privada de ensino é responsável por 74,2% de estudantes do ensino superior no Brasil (IBGE, 2019). Isso evidencia a decisão política do país pelo investimento em parcerias público-privadas com empresas educacionais, em vez da ampliação de vagas e da oferta de melhores condições de acesso e permanência na rede pública. O Fies foi criado pela Lei nº 10.260/2001, como programa de financiamento educacional destinado a estudantes com renda de até 3 salários-mínimos, mantendo também um teto de cobertura anual. Já a bolsa Prouni, criada pela Lei nº 11.096/2005, é subsidiada pelo governo federal, mediante nota do Enem, destinada a vagas em instituições de ensino credenciadas, tendo como contrapartida a isenção de tributos (Brasil, 2022). Estudantes com renda bruta familiar de até 1,5 salário-mínimo podem se candidatar à bolsa integral, enquanto os que possuem renda per capita de até 3 salários-mínimos a bolsas parciais de 50%.

Dados atualizados do Censo da Educação Superior, de 2023, apontam que, na categoria administrativa (privada x pública), havia 2.264 IES privadas contra 316 públicas no país. Do total das 5.505.259 vagas ofertadas na modalidade presencial, 4.634.926 eram da rede privada (MEC/Inep; Censo da Educação Superior, 2024). Sobre a oferta de vagas em ações afirmativas, o Prouni aumentou as suas até 2019, contemplando 615.623 estudantes, porém caiu nos anos seguintes, chegando a 403.735 estudantes em 2023. Enquanto o Fies aumentou até 2014 (732.723 contratos), seu decréscimo foi se acentuando de forma consistente até 2023 (entre pouco mais de 144 mil contratos) (Brasil, 2024).

Como um dos eixos de leitura sobre o fenômeno da inclusão social de estudantes da classe trabalhadora na educação superior, por meio de políticas afirmativas, está a análise sobre a particularidade (Pasqualini; Martins, 2015) em que se inserem estes estudantes: suas condições econômicas, suas histórias de vida, suas expectativas sobre o mundo do trabalho, a experiência de ser jovem no Brasil, entre outros determinantes.

CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Na presente pesquisa, como particularidade, as condições de beneficiários/as de programas de inserção na educação superior privada subjazem as situações concretas de desenvolvimento de jovens bolsistas. As zonas de produção de sentidos na formação profissional estão circunscritas às condições objetivas de acesso por meio dos benefícios, assim como da posição subjetiva vivenciada nessa inclusão social no ensino superior privado. De natureza qualitativa, no presente estudo de campo foram entrevistados/as estudantes beneficiários/as do Prouni ou Fies, matriculados em cursos presenciais da área da saúde, abrangendo participantes de nove IES de Curitiba, entre faculdades, centros universitários e universidades privadas de distintos portes.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFPR, sob o parecer número 5.423.164. A divulgação se deu por meio das redes sociais privadas da pesquisadora, assim como em grupos de WhatsApp de colegas professores e estudantes de diversas instituições. O recrutamento se deu nos meses de novembro e dezembro de 2022. Após o preenchimento de identificação do formulário on-line, em que constava a explicação sobre a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de participação, foram realizadas dezoito entrevistas individuais on-line entre final de 2022 e início de 2023.

Das pessoas participantes, quatro se declararam do gênero masculino e as demais, do gênero feminino, com idades entre 18 e 26 anos no momento da entrevista. Estavam distribuídas entre o primeiro e o décimo período dos cursos que frequentavam, sendo: doze de Psicologia, duas de Enfermagem, duas de Medicina, uma de Medicina Veterinária e uma de Biomedicina. A maioria beneficiária do Prouni, havendo somente duas estudantes com Fies e um com parcial Fies e Prouni.

A entrevista foi considerada o meio privilegiado de criação de *rapport* e conhecimento sobre a dinâmica de escolha e vivência como estudante. No roteiro semiestruturado abordou-se relações de subsistência com a família, a instituição e o curso, investigando: ano de ingresso no curso superior; com quem residia; residência; composição da renda familiar; condições para manutenção dos estudos; escolha do curso; escolha da instituição de ensino; escolaridade dos membros da família nuclear; dificuldades enfrentadas na instituição de ensino e com o curso; relações com colegas e professores; apoios para prosseguir no curso; organização da rotina; e expectativas para futuro profissional.

A realização do grupo de discussão foi a técnica adotada na segunda etapa em virtude da interação grupal, valorizada em pesquisas sociais empíricas (Weller, 2006), primando pela simetria das relações entre participantes, os quais compartilham condições comuns de identificação, a exemplo do grupo em questão: estudantes de cursos superiores da área da saúde, usuários de políticas afirmativas de acesso. A condição de grupo também permite a “produção de sentidos coletivos originários e incorporados na trajetória social dos indivíduos” (Godoi, 2006, p. 635).

Das pessoas entrevistadas, participaram no grupo de discussão (final de 2023), sete participantes, sendo investigados os temas: sentido universitário para cada participante; relação da vida universitária com o mundo o trabalho; acesso a cursos de saúde por meio de bolsas; fatores de permanência; mudanças como bolsista; reflexões sobre a pesquisa.

As unidades de análise que seguem são decorrentes do que se articulou dialeticamente entre teoria e realidade, emergindo como categorias que expressam a interação de fatores, motivos e outras determinações abordadas pelas pessoas participantes, consideradas representantes do público estudado.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É na atividade concreta, social, que se busca a apreensão do modo de produção de sentidos, sendo as condições materiais de existência que permitem compreender a situação social de desenvolvimento dos indivíduos e suas determinações. Considera-se, assim, que o processo acadêmico-formativo de jovens estudantes nas IES organiza e orienta seu desenvolvimento psíquico nessa etapa da vida, gerando sentidos relacionados à sua formação para o trabalho e sua vida adulta futura. Portanto, o processo de profissionalização durante a juventude opera como organizador psíquico desse período, determinando as necessidades, os interesses e as motivações desses jovens, bem como configurando as relações que estabelecem com o mundo de modo geral (estudos, amigos, família etc.).

A situação social de estudantes universitários anuncia o porvir do mundo do trabalho, caracterizado, em nossa sociedade, pela lógica dos modos de produção capitalista. Ou seja, são as exigências sociais e psicológicas postas pela forma de organização capitalista do trabalho, fundada essencialmente na propriedade privada dos meios de produção, na universalização da forma-mercadoria e nas relações de assalariamento (como venda da força de trabalho), que determinam a situação social desses jovens.

Desta forma, as expectativas de formação profissional desses/as jovens, o que se espera deles/as no mundo do trabalho, bem como suas condições de empregabilidade e inserção, são determinadas socialmente. O estudo profissionalizante, como atividade dominante desse período, está situado em meio à materialidade da vida. Para além do significado social da formação profissional desses jovens, por meio da educação superior, as vivências e as relações com amigos, familiares e outras referências configuram os sentidos pessoais acerca dessa formação.

A categorização dos sentidos produzidos por meio das entrevistas individuais e do grupo de discussão foi organizada em zonas de produção de sentidos articuladas, as quais foram analisadas a partir de repetidas leituras das transcrições desse material. A exposição dessas zonas de produção de sentidos não implica relação hierárquica ou cronológica, somente segue uma sequência de análise articulada entre si.

Uma das zonas de produção de sentido referiu-se à *situação social de desenvolvimento: núcleo familiar, condições de sustento financeiro e relação com trabalho*, a qual se configurou a partir das interações entre as influências familiares, as funções exercidas por esse núcleo e as relações entre sustento econômico e o trabalho (subsistência financeira por meio do estágio ou outra atividade remunerada).

A maioria das pessoas participantes (catorze jovens) residia em casa própria (de seus pais/responsáveis ou avós), sendo estes os principais provedores, responsáveis por garantir as condições mínimas de subsistência (energia elétrica, água, pacote de dados de acesso à internet, alimentação, vestuário etc.). O deslocamento para a faculdade e para o trabalho ou estágio era realizado por meio de transporte público, custeado em parte pelo trabalho/estágio e pela família. Esta apareceu como principal provedora de sustento (somente uma estudante mantinha independência econômica), embora aqueles que exercessem algum trabalho ou estágio manutenção inclusive ajudavam nas contas da casa quando possível.

Um exemplo foi relatado por uma das participantes, estudante de Psicologia, que trabalhava como recepcionista e secretária até conseguir um estágio, cuja remuneração, mais baixa, não cobria os custos com a faculdade nem outras necessidades, mantendo a dependência econômica em relação à família.

As pessoas participantes não tinham filhos, estando somente duas em relacionamento conjugal. No momento da entrevista, sete participantes mantinham atividades remuneradas regulares, das quais três estavam no programa Jovem Aprendiz e outras quatro em estágios remunerados (na área da Psicologia, duas em Recursos Humanos e duas em escolas). Outros três mantinham atividades remuneradas distintas da formação e dois realizavam atividades informais esporádicas para ajudar na renda (fazendo taxa de garçom aos finais de semana ou vendendo bombons). Em período anterior à entrevista, outras duas participantes também tinham estágio ou trabalho. Assim, a maioria (doze estudantes do total de dezoito) mantinha alguma atividade de trabalho concomitantemente ao estudo, o que também foi elencado como uma das dificuldades em relação ao desempenho acadêmico. Tema recorrente na vivência das pessoas participantes, a sobreposição entre trabalho e estudo e suas repercussões na interação com o curso universitário foi expressa no depoimento de uma estudante de Enfermagem, ao relatar como seu ânimo era afetado e o esforço dispendido para suportar as aulas noturnas.

Portanto, a situação social de desenvolvimento desses/as jovens evidencia uma parcela dependente economicamente, fato compatível com outras pesquisas como a de Abramo (2020). Para esses jovens, o estudo assume o sentido de mobilidade social, associado à expectativa de mudança nas condições objetivas de vida em relação às gerações anteriores. Esse cenário confirma o público de referência a que se destinam programas como o Prouni e o Fies.

Outro aspecto explorado nessa zona de produção de sentido foi a situação de escolaridade de familiares e a influência sobre o incentivo à educação superior. Das dezoito pessoas participantes, sete possuíam pais com educação superior completa, enquanto outras sete estavam entre as primeiras da família nuclear a integrarem o ensino superior. Dentre os depoimentos, houve os que atribuíam a influência de familiares sobre o incentivo ao ensino superior, sendo considerado motivo de orgulho entre seus familiares.

Ao considerar que a situação social do desenvolvimento media a construção de sentidos a partir das vivências dos sujeitos, o contexto de escolarização de pais e outros familiares próximos permeia o incentivo ou a ausência deste para progressão na atividade de formação profissional. Para os pais que vivenciaram a experiência de formação continuada por meio do estudo, o incentivo à educação superior estava evidenciado, enquanto para aqueles que não tiveram essa oportunidade, havia contradição: os que apoiavam seus/as filhos/as ao ensino superior; e os que entendiam como desnecessário, uma vez que a sobrevivência poderia ser garantida independentemente do diploma.

Em um dos relatos, a mãe desejava que a filha prestasse concursos públicos, em busca de uma estabilidade financeira, além de afirmar que o curso escolhido (Psicologia) não daria retorno econômico. No caso de outra estudante, de Medicina Veterinária, os pais consideravam que o curso era para pessoas ricas, desincentivando o esforço para prestar vestibular e buscar recursos, como bolsas, para viabilizar o projeto de formação. Ambas as estudantes afirmaram buscar motivações em outros pontos de apoio, sobretudo no desejo pela profissão.

Portanto, é notório como o lugar ocupado pelo sujeito em suas interações sociais, suas condições de vida e as exigências socialmente construídas como expectativas podem ser consideradas forças motrizes para o desenvolvimento, conforme aponta Elkonin (2012). Para o grupo de pais, avós e tias que incentivavam a continuidade nos estudos e a formação profissional, a possibilidade de esses/as estudantes vivenciarem aquilo que eles/as não tiveram oportunidade refletia também a busca por

mudanças sociais nas condições de vida da nova geração. Nesse sentido, a bolsa ou o financiamento mostraram-se determinantes à viabilização do acesso ao ensino superior.

Outra zona de produção de sentidos configurou-se em torno das *escolhas profissionais e a projeção para o mundo do trabalho*. Ao longo do processo de entrevista, as/os participantes da pesquisa situaram fatores que colaboraram para sua escolha de curso, como alguma experiência particular em contato com um profissional da área, ou a influência do ensino técnico. Para estudantes de Enfermagem (dois), uma influência importante foi o ensino médio técnico, no qual havia incentivo à continuidade da formação profissional. Enquanto para alguns estudantes de Psicologia (quatro), as vivências com processos psicoterapêuticos ou orientação profissional foram determinantes para seu interesse pela profissão.

Também foram elencadas, entre participantes, condições de facilitação para escolha pela cidade e cursos, como no caso de duas estudantes que tinham tias em Curitiba e puderam contar com a hospedagem (ao menos no início da faculdade). Portanto, na escolha do município e da IES para concorrer à bolsa, fatores como a localização e a facilidade de deslocamento, especialmente para aqueles que residiam em municípios da região metropolitana ou em bairros com acesso facilitado por transporte público, foram decisivos à inscrição no Prouni. Assim, o contexto de disponibilidade de uma série de condições sociais e econômicas determinava a procura por ações afirmativas de acesso ao ensino superior, uma vez que somente a bolsa não seria suficiente, pois outros elementos precisavam ser considerados, como moradia e transporte.

Em uma sociedade calcada na lógica do modo de produção capitalista, que valoriza a formação profissional como forma de estratificação da própria cadeia produtiva (de produção e reprodução da vida), é fundamental que a juventude se aproprie das técnicas necessárias às formas de trabalho que se desenvolvem em seu interior. Além disso, a integração à vida adulta exige, nesse contexto, o desenvolvimento de habilidades atitudinais voltadas ao seu ajustamento às formas de interações vigentes, ou seja, à vida em sociedade.

Ficou evidenciado, nos relatos de participantes, o caráter de mobilidade social depositado sobre a oportunidade de formação superior e o desejo de mudança em suas condições concretas de vida. Mediante seu contexto de classe trabalhadora, a educação superior era entendida como um degrau de acesso a melhorias sociais e econômicas em comparação aos seus grupos sociais de origem. Portanto, os “sacrifícios” vivenciados mediante a conciliação de trabalho e estudo são considerados condições *sine qua non* para o alcance de seus objetivos com a formação profissional proporcionada pelo ensino superior, como a ampliação do reconhecimento social no mercado de trabalho e a possibilidade de um diferencial na remuneração futura.

Diante da dificuldade de ingressar em uma universidade pública, seja pelo elevado nível de concorrência por vaga, seja pelo modelo de oferta dos cursos, a exemplo daqueles que são integrais (o que dificultaria manter o trabalho concomitantemente), a instituição privada se torna a única alternativa, sendo possível mediante o usufruto de ações afirmativas de acesso. Considerando que a formação profissional aparece como núcleo central do projeto de vida dos/as jovens, ainda mais pertencentes à classe trabalhadora, advertem Abrantes e Bulhões (2016, p. 245) sobre como a escolha pela entrada na educação superior pode representar “um ato político de objetivação da realidade ao projetar seu futuro no mundo e nele agir”, mesmo não sendo um ato consciente sobre a incidência política. Há que se considerar a diversidade de caracterização das juventudes, em relação ao que Abrantes e Bulhões (2016) destacaram na contradição entre a atividade produtiva e a atividade profissional de estudo.

A relação entre trabalho e estudo na juventude é fruto das condições sociais e econômicas. Para a classe trabalhadora, restam atividades menos valorizadas, que solicitam o desenvolvimento de capacidades menos complexas, limitando seu desenvolvimento. Aos que acessam a preparação institucionalizada educacionalmente, é permitido idealizar uma perspectiva de mudança de condições de vida, caracterizada pela ideia liberal de ascensão social, nutrindo projetos de desenvolvimento individual. Ou seja, o sentido do trabalho é construído de modo diverso, a depender de qual posição ocupa o jovem na organização social vigente.

Abramo (2020, p. 170) destaca como a “escolha” profissional acaba sendo uma decisão de âmbito privado, mesmo diante da “centralidade do trabalho no presente e nos projetos de futuro”. Dessa forma, os relatos das pessoas participantes dessa pesquisa estão circunscritos às experiências particulares de suas histórias de vida, o que concerne a um sentido pessoal, mais privativo, o qual também pode responder a um significado social (como o que se representa sobre um curso da área de saúde, ou mesmo sobre a possível ascensão social por meio de um diploma). Por outro lado, a identificação sobre um projeto que estivesse atrelado a uma dimensão social, mais coletiva, pareceu ausente em um primeiro contato.

Essa perspectiva de uma decisão de âmbito privado pode justificar o incipiente investimento em políticas públicas para a juventude, uma vez que não é ainda abordado de modo suficiente o caráter coletivo da relação entre trabalho e mudança social. Em um tempo de crise econômica, social e política, a manutenção do desejo de acesso à formação superior representa um tributo às expectativas mais positivas sobre a relação com o futuro (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020). A ampliação de acesso à educação superior tem se mostrado positiva na perspectiva de desenho de um projeto de vida mais promissor. No caso de bolsistas, entretanto, o trajeto não tem sido fácil, incitando a reflexão de que as medidas afirmativas não têm sido suficientes para prover suporte necessário à inclusão educacional e laboral.

No grupo de discussão, diante da questão de como a formação profissional incidiria sobre o mundo do trabalho, uma estudante de Medicina, que já estava findando o nono semestre do curso, afirmou como a vivência na faculdade a colocou em reflexão sobre estar em um lugar o qual não fora planejado para sua presença. Em suas palavras, as experiências como bolsista reiteram o não lugar, evidenciado nos preconceitos e exclusões dirigidos a pessoas negras, LGBTQIAP+ e mulheres. Durante a discussão, ela também refletiu sobre como as condições do mercado de trabalho operam segundo a mesma lógica excludente vivenciada pelas pessoas bolsistas no ambiente universitário.

O receio sobre o futuro profissional e a garantia de um trabalho dignamente remunerado estava presente na prospecção de inserção no mundo do trabalho, mesmo com um diploma. No grupo de discussão, em complemento à participação da outra estudante, uma participante que estava cursando o terceiro semestre de Enfermagem concordou sobre o aspecto de reprodução, no mundo do trabalho, do mesmo processo excludente vivenciado na faculdade. A participante comentou sobre a ilusão de que o diploma “abriria portas” para o mercado de trabalho, muito menos garantiria ascensão social, pois há excedente de trabalhadores e não há vagas para todos. Outro participante, já formado em Psicologia, acentuou a romantização do ensino superior como garantia de mobilidade social, mediante a manutenção das condições de exploração das pessoas trabalhadoras.

Assim, nessa zona de produção de sentido, foram mobilizados ideais singulares diante da escolha profissional, os quais incluíam o desejo de desenvolvimento profissional e ascensão na carreira a partir das identificações subjetivas com a área de formação. Por outro lado, as pessoas participantes do grupo de discussão constataram a contradição da realidade da inclusão da classe trabalhadora na educação superior, uma vez que este espaço reproduz condições semelhantes de exclusão e de esforço particular para a permanência e possível conclusão do curso, assim como no mercado de trabalho se impõem barreiras à igualdade de condições de exercício profissional. Aqueles que já partem de posições diferenciadas socioeconomicamente (a exemplo dos que não são bolsistas e possuem recursos para viver a vida universitária de modo menos tenso diante da necessidade de sobrevivência) usufruirão de condições mais privilegiadas tanto na formação quanto na inserção profissional, enquanto os que advêm das classes trabalhadoras precisarão continuamente lutar (inclusive entre si) para alcançar as oportunidades de formação de qualidade e de exercício profissional com reconhecimento remuneratório.

Diante das desigualdades sociais e econômicas, não faltam a beneficiários do Prouni e Fies *dificuldades na relação com a educação superior*, tema esse que configurou uma das zonas de produção de sentidos analisadas nesta pesquisa. As pessoas entrevistadas, ao serem questionadas sobre as dificuldades em sua relação com o curso, colegas e professores, nem sempre as associaram imediatamente à condição de bolsista, mas às próprias exigências da vida universitária e da formação superior. Esse aspecto foi confirmado pela pesquisa de Ribeiro e Guzzo (2021), ao investigarem o preconceito contra beneficiários do Prouni.

Todavia, mediante o caráter intersubjetivo da entrevista, em que a própria pergunta pode suscitar a necessidade de produzir novos sentidos, as pessoas participantes passaram a nomear, por exemplo, as diferenças sentidas na interação com colegas, especialmente pelo fato de não terem condições financeiras para partilharem de lazer ou outras atividades realizadas pelos demais. Um dos estudantes de Enfermagem relatou que não podia compartilhar momentos de lazer com as colegas do curso. Contou, por exemplo, uma situação no shopping, quando planejavam uma viagem de fim de semana e, ao justificar sua impossibilidade de participar por ser bolsista, foi chamado de “pobre” pelas colegas, o que considerou constrangedor. Já a estudante de Medicina Veterinária comparou as oportunidades de estágio vivenciadas entre colegas, destacando que alguns estágios, embora pouco remunerados, eram considerados experiências excelentes, mas inviáveis diante de sua necessidade de sobrevivência. Por isso, permanecia em uma atividade informal, vendendo doces, o que lhe garantia flexibilidade de horário para conciliar com as atividades acadêmicas.

Seguiram-se então os relatos sobre as cobranças de serviços realizadas nas instituições privadas, assim como as condições de alimentação no campus, ou mesmo de deslocamento para a realização de estágios, além de aquisição de material. A dificuldade de conciliação entre o trabalho e as atividades requeridas para formação prejudicava a participação em projetos de extensão, eventos, estágios profissionalizantes, monitoria, iniciação científica etc. Permanecia para alguns o sentimento de incompreensão da IES e do corpo docente em relação à necessidade de manter um trabalho remunerado (estágio ou outra atividade) e à conseqüente falta de tempo para a realização dos estágios curriculares ou para a participação em outras atividades formativas.

Na pesquisa de Ariño e Delvan (2018), as questões econômicas foram ressaltadas diante da necessidade de manutenção da atividade remunerada simultaneamente aos estudos. A concomitância entre trabalho e estudo foi também evidenciada, na pesquisa das autoras, como fonte de limitação de

tempo dedicado às atividades acadêmicas. Assim, a exaustão diante dessa dupla jornada e a culpa por não poder dedicar-se mais ao curso representam fatores que interferem diretamente na motivação e na saúde mental de alguns estudantes.

O cansaço atribuído à rotina de trabalho em tempo integral e a dificuldade em atender às exigências da formação foi tomado como fator de incidência sobre a saúde mental estudantil. Uma das participantes comentou como precisava tomar decisões sobre o que priorizar no seu dia a dia, além de ser obrigada a abdicar de atividades como lazer, permanência com a família, com amigos, diante da necessidade de estudar aos finais de semana.

As vivências relacionadas à necessidade de equilibrar as atividades de estudo e trabalho foram pautadas, pela maioria das pessoas entrevistadas, como desafios à manutenção e permanência no curso superior. Com a ampliação do acesso à educação superior, entre o público das IES privadas, a condição de trabalhador estudante ou estudante trabalhador passa a ser cada vez mais comum, ainda que poucos estudos a respeito estejam em evidência (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020). Esses autores destacam a necessidade de desenvolvimento de ações públicas dirigidas a esse público e reafirmam que muitos desses jovens só conseguem adentrar na educação superior via as ações afirmativas de acesso (Enem, SISU, Prouni, Fies), o que também foi constatado em sua pesquisa.

No estudo de Abramo, Venturi e Corrochano (2020), confirma-se a relevância da conciliação entre trabalho e estudo, seja como colaboração à renda familiar, seja como fonte de cobertura dos gastos relacionados à própria atividade acadêmica do/a estudante. Além disso, os autores constataram o cansaço decorrente da sobrecarga entre trabalho e estudo. Ressaltaram ainda a ausência de políticas de assistência social voltadas às especificidades da juventude brasileira, o que contribui às dificuldades em usufruir das ações afirmativas educacionais e concluir a formação superior.

Alguns participantes da pesquisa (quatro) reforçaram as necessidades de apoio estudantil voltado às condições sociais e econômicas, chegando a sugerir mudanças na política do Prouni, por meio de medidas complementares à bolsa, como a isenção ou a diferenciação de taxas de serviços, além da existência de outras modalidades de auxílio, como alimentação, material ou transporte.

Volta-se a destacar a diversidade da juventude; ou melhor, “das juventudes”, considerando-as no plural a fim de representar as particularidades de ser jovem no Brasil, cujas vivências estão permeadas por uma série de marcadores sociais que podem determinar diferenças em suas experiências, como gênero, raça/cor, classe econômica, entre outros. Mattei (2023) aborda a multifatoriedade que pode influenciar a desistência do curso, retomando outros estudos que advertiram sobre a dificuldade de disponibilidade de tempo para estudo entre aqueles que trabalham.

As ações afirmativas de acesso à educação superior têm como justificativa a promoção da igualdade, seja em resposta à insuficiência de vagas no ensino público, seja na busca por equidade para os grupos sociais menos privilegiados. Por outro lado, em sua implantação, constata-se a geração de novas formas de exclusão, ao não serem garantidas condições de permanência e conclusão dos cursos. Além de marcadores sociais raciais, como as cotas podem reparar, as questões econômicas se somam nessa relação, sugerindo a produção de exclusão dentro do sistema educacional.

A suposta inclusão social que, no interior da educação superior, ainda desenha, mesmo que de forma velada, um processo de exclusão, deflagra as contradições da origem das políticas públicas educacionais. Ao comparar o Brasil ao cenário internacional, não é difícil constatar, segundo Senkevics e Carvalho (2020), o índice de baixa qualificação entre as pessoas trabalhadoras. Essa distinção entre a

escolaridade e a formação para o trabalho se traduz em diferenças remuneratórias para quem é diplomado.

Essas dificuldades relatadas na vivência estudantil de beneficiários do Prouni e Fies atrelam-se ao sentido de “sofrimento necessário”, já que precisam conciliar trabalho e estudo para sua manutenção no ensino superior, denotando a insuficiência no benefício para garantia de sua conclusão em condições menos estressantes. Do mesmo modo, circunscreve-se o sentido de “resistência” (nomeado por Beatriz, estudante de Psicologia) em estar na educação superior, apesar das adversidades, com a perspectiva de mudança nas condições de vida da classe trabalhadora.

Em contraposição às dificuldades encontradas, em outra zona de produção de sentidos evidenciaram-se *os elementos facilitadores à permanência no curso*. Embora não tenham sido destacadas condições diferenciadas dentro das instituições de ensino – pelo contrário, as condições seriam as mesmas para todo corpo discente – foi reconhecido, por parte das pessoas participantes, que os próprios cursos adotavam estratégias facilitadoras à permanência. Entre elas, arranjos para que estudantes pudessem realizar suas atividades extraclasse dentro do próprio horário de aula, bem como adoção de atividades práticas que pudessem ser realizadas no turno da noite ou finais de semana.

Outros elementos apontados como facilitadores da permanência no curso foram: a satisfação com a formação e com a escolha realizada; as relações de companheirismo entre colegas, sobretudo entre bolsistas; o apoio de professores, expresso na compreensão dos limites e na proposição de medidas de auxílio para a realização das atividades acadêmicas; o suporte familiar, tanto na subsistência econômica quanto no incentivo; e, por fim, a perspectiva de futuro profissional como propulsora da conclusão, em virtude da expectativa de mudanças nas condições de vida enquanto pessoa trabalhadora.

Família e amigos foram os recursos mais evidenciados no estudo de Ariño e Delvan (2018), sendo a família a principal apoiadora financeira. Na pesquisa, as autoras analisaram as estratégias de enfrentamento de dificuldades que obstaculizam a permanência de estudantes na educação superior. Para a maioria de participantes da presente pesquisa (onze pessoas), o apoio familiar também foi preponderante à permanência, uma vez que permitia a subsistência básica, como moradia, alimentação e, por vezes, parte do transporte. Portanto, aqueles que trabalhavam ou estagiavam utilizavam sua remuneração para parte do transporte e outros gastos relacionados à vida acadêmica.

A convivência com colegas bolsistas apareceu como importante fonte de apoio para nove participantes, em virtude da identificação de experiências comuns, como as dificuldades enfrentadas em questões burocráticas, a exemplo do atraso da matrícula (efetivada apenas após o início das aulas do semestre) e da tramitação de processos junto ao banco no caso do Fies. A manutenção de boas relações com colegas, inclusive nutrindo alguns laços de amizade, apresenta-se como fator protetivo à evasão ou desistência. Esse recurso de identificação e rede de apoio, até mesmo informal, é identificado por Ribeiro e Guzzo (2021) como alternativa à falta de assistência estudantil. Essa estratégia seria, segundo as autoras, uma possível ação da Psicologia Escolar na Educação Superior, isto é, a promoção de espaços coletivos de apoio diante das dificuldades enfrentadas na inclusão social e educacional vivenciadas por aqueles que, originariamente, não pertenceriam a esse lugar – bolsistas, cotistas, grupos de pessoas com características evidenciadas por etnia, cor, classe social, entre outros marcadores sociais.

Além da vida universitária representar uma possibilidade de ampliação de conhecimentos, as relações interpares são constitutivas da formação da personalidade na juventude, pelas quais processos de identificação e de distinção participam dessa construção. Nesses grupos interpares, há o exercício de

habilidades sociais que se tornam importantes para a vida adulta, diante da assunção de novos papéis no mundo do trabalho.

Os relatos das pessoas participantes, sobre como a identificação com colegas também bolsistas auxiliou no enfrentamento das dificuldades, ilustram o que Elkonin (2012, p. 166) ressalta como o “código da amizade”, observado já entre adolescentes, considerando que as “relações interpessoais podem ser, e são, construídas sobre a base não somente do respeito mútuo, mas também da completa confiança e do compartilhamento mútuo de um mundo privado, interior”. Pode-se considerar como esses laços se ampliam e se aprofundam na juventude, sustentando relações de segurança entre pares que mediatizam a partilha de sentidos e podem gerar engajamento em projetos sociais e políticos que envolvam o interesse coletivo.

O sentimento de pertencimento configura-se como um aspecto importante ao desenvolvimento da juventude, sendo os grupos referências importantes na sua constituição identitária. Dessa forma, a educação superior pode ser um espaço de evocação de vivências de fortalecimento, de inclusão, de participação social e, ao mesmo tempo, pode representar a negação dessas possibilidades, sendo excludente, mesmo diante das ações afirmativas de acesso ao ensino superior.

Assim, as experiências de apoio às relações familiares e interpares foram consideradas condições determinantes à permanência desses/as estudantes em seu curso superior, complementando o que as ações afirmativas não conseguiam atender, como as necessidades de sobrevivência para além da bolsa ou como suporte de informação (entre as pessoas bolsistas) e de acolhimento (entre as interações de amizade) diante das dificuldades enfrentadas na vida acadêmica. Além disso, para a manutenção no curso, mostraram-se importantes as estratégias do corpo docente para gerir medidas alternativas de cumprimento das atividades curriculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar o acesso à educação superior brasileira, não é difícil constatar ser um espaço ainda reservado para poucos. Dentre a população jovem no país (18 a 29 anos), cerca de um quarto chega ao ensino superior, integrando a maioria o ensino privado, o qual é responsável pela oferta de 95,9% das vagas, segundo o Censo Superior de 2023, de um total de 24,6 milhões somando as redes. Nesse contexto, a maior parte de estudantes das instituições privadas é composta pela massa trabalhadora, que precisa conciliar estudo e trabalho para poder manter-se na formação profissional. Reconhecidamente, a educação superior no Brasil é tomada como meio para qualificação para o trabalho, cuja remuneração permitiria certa mobilidade social.

Com a finalidade de atender o excedente de candidatos à educação superior que não alcança a rede pública, ações afirmativas foram propostas, como financiamento (Fies) e vagas subsidiadas pelo governo (Prouni). Foi junto a esse público que a presente pesquisa se desenhou, cuja análise sobre os sentidos atribuídos à formação profissional na educação superior por esses/as estudantes, evidenciou-se a manutenção de expectativas quanto à realização da mobilidade social, supostamente promovida pela qualificação profissional. Para estudantes trabalhadores/as, as ações afirmativas de acesso mostram-se insuficientes na garantia da manutenção na educação superior, sendo necessário manter atividades remuneradas, seja em trabalhos formais ou informais, seja em estágios remunerados.

A conciliação entre trabalho e estudo é um dos principais desafios para manutenção do engajamento no curso, em virtude da sobrecarga física e psicológica que representa sustentar essas

atividades concomitantemente. A sobrevivência na educação superior depende tanto das condições econômicas, para além da bolsa ou financiamento, como do suporte social promovido pela família, colegas e professores no enfrentamento das dificuldades. A atenção à saúde mental no meio acadêmico é um investimento importante na educação superior.

Com a presente pesquisa, evidenciou-se que a permanência de estudantes trabalhadores/as na vida acadêmica demanda mudanças nas políticas afirmativas de acesso, ampliando apoios (econômicos e socioassistenciais) ao corpo discente. A expansão da assistência estudantil, como a preconizada na Política Nacional de Assistência Estudantil, destinada às Instituições Federais de Educação Superior, faz-se necessária para evitar evasão e promover a conclusão de curso para um público significativo, mas também para garantir a subsistência das empresas educacionais.

Sendo um estudo qualitativo, que se propunha a um grupo restrito, reconhecem-se os limites quanto à extensão da investigação e a necessidade de contemplar a diversidade de vivências na educação superior daqueles que a acessam por meio de ações afirmativas. Outro ponto a ser explorado pode ser um levantamento de ações e programas ou serviços de assistência estudantil para beneficiários das bolsas ou financiamentos existentes dentro das IES privadas, uma vez que na amostra de instituições acessadas essas medidas não foram contempladas nos relatos das pessoas participantes.

Empoderar a juventude de um pensamento crítico em relação às políticas públicas educacionais seria uma via de incentivo à sua participação social em relação à proposição de alterações nas próprias políticas, assim como uma possível reflexão sobre a qualidade do serviço de formação ofertado pelas IES privadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: PINHEIRO, D.; RIBEIRO, E.; VENTURI, G.; NOVAES, R. (org.). *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/AGENDAJuventudeBrasil.pdf>. Acesso em: 8 set. 2024.

ABRAMO, Helena W.; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria C. Estudar e Trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 39, n. 3, p. 523–542, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030004>.

ABRANTES, Alexandre A.; BULHÕES, Leilane. Idade Adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. In: MARTINS, Lígia M.; ABRANTES, Alexandre A.; FACCI, Marilda G. D. (org.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

ARIÑO, Daniel O.; DELVAN, João S. As trajetórias dos acadêmicos bolsistas do ProUni: desafios e estratégias de enfrentamento. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 87-96, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.24879/2018001200200192>

ASBAHR, F. S. F. *Por que aprender isso, professora? Sentido pessoal e atividade de estudo na psicologia histórico-cultural*. 2011. 220 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL. *Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em:

- <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 5 maio 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 1 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Portal MEC*. Perguntas frequentes. 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/40-perguntas-frequentes-911936531/prouni-1484253965/3552-sp-1327306896>. Acesso em: 2 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Universidade para Todos (ProUni)*. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/>. Acesso em: 1 fev. 2022.
- BRASIL. FIES beneficiou mais de 1 milhão de alunos nos últimos 10 anos. *Gov.br*, 6 fev. 2025. Educação Superior. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/fies-beneficiou-mais-de-1-milhao-de-alunos-nos-ultimos-10-anos>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- BRASIL. *Prouni 2025: Paraná tem oferta de 14 mil bolsas no segundo semestre*. *Gov.br*, 1 jul. 2025. Educação Superior. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/julho/prouni-2025-parana-tem-oferta-de-14-mil-bolsas-no-segundo-semester>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- ELKONIN, Daniil B. Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia. In: *LA PSICOLOGÍA Evolutiva y Pedagógica en la URSS*. Moscú: Editorial Progreso, 1987. p. 104-124.
- ELKONIN, Daniil B. Enfrentando o problema dos estágios no desenvolvimento mental das crianças. Tradução de M. L. Bissoto. *Educar Em Revista*, Curitiba, n. 43, p. 149–172, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000100011>.
- GODOI, Christiane K. Grupo de discussão como prática de pesquisa em estudos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 55, n. 6, p. 632–644, nov./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020150603>.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) 2023*. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- IPEA. *Atlas da violência 2020*. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.
- LEONTIEV, Alexis. *Actividade, consciência e personalidade*. [S. l.: s. n.], [1978]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000004.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2022.
- LEONTIEV, Aleksei. *O desenvolvimento do Psiquismo*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARTINS, Lígia M. *Análise sócio-histórica do processo de personalização de professores*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2001.

MARTINS, Carlos B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15–35, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002>.

MATTEI, Talita S. *Diferencial do desempenho dos discentes que acessam as ações de permanência e os determinantes do desempenho no ensino superior federal brasileiro*. 2023. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2023.

PASQUALINI, Juliana C.; MARTINS, Lígia M. Dialética Singular-Particular-Universal: Implicações do Método Materialista Dialético para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 362-371, maio/ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>.

PEREIRA, Tiago I.; MAY, Fabrício; GUTIERREZ, Douglas. O acesso das classes populares ao ensino superior: novas políticas, antigos desafios. *Revista Pedagógica*, Chapecó, SC, v. 16, n. 32, p. 117-140, jan./jul. 2014.

RIBEIRO, Flávia de M.; GUZZO, Raquel S. L. Preconceito e prounistas: "seu lugar não é aqui". *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 53, p. 13-24, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/2175-3520.2021i53p13-24>.

RIOS, Cristiane F. M.; ROSSLER, João H. O Trabalho Como Atividade Principal No Desenvolvimento Psíquico Do Indivíduo Adulto. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 22, n. 4, p. 563-573, out./dez. 2017.

ROSSLER, João H. Trabalho, educação e psicologia na sociedade contemporânea: a formação do indivíduo no contexto da atual reestruturação produtiva. In: MEIRA, Marisa E. M.; FACCI, Marilda G. D. (org.). *Psicologia histórico-cultural: contribuições para o encontro entre subjetividade e a educação*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

SENKEVICS, Ariela S.; CARVALHO, Maria do P. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 119-136, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469841621>.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, maio/ago. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000200003>.

Submetido: XX/XX/XXXX

Aprovado: XX/XX/XXXX

Editor(a) de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

(incluir as informações sobre disponibilidade de dados de acordo com o **Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta - SciELO** disponível no site do periódico)

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autor 1 – Conceitualização ideias, formulação de objetivos da pesquisa, curadoria de dados, investigação, metodologia, análise de dados, escrita do texto e edição do manuscrito.

Autor 2 – Supervisão da pesquisa, visualização do rascunho original e revisão da redação.

Autor 3 – Supervisão da pesquisa e revisão da redação.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.